

CONSTRUINDO TRINCHEIRAS EM TERRITÓRIO MINADO: a educação no movimento sindical dos trabalhadores rurais sob o fogo cerrado da linha dura e do governo da distensão: o caso da Bahia nos idos dos anos de 1972 a 1990

Antônio Dias Nascimento*

RESUMO

Este artigo resulta de uma pesquisa sobre a relação entre a sociedade civil e o Estado, abordando negociações e tensões entre os movimentos sociais de trabalhadores rurais e a estrutura sindical que lhe é correspondente, atrelada formalmente ao Estado, nos moldes da estrutura sindical do país. Embora muitas outras relações tenham sido observadas nesse processo de investigação, o foco do presente trabalho tem como base principal o programa educacional que abrangeu tanto as bases de trabalhadores e dirigentes sindicais, como setores da sociedade civil mais amplamente sensíveis às causas populares. A narrativa constituiu-se com base nos testemunhos das lideranças e dos sobreviventes da conjuntura histórica no cenário das lutas sindicais baianas. As fontes documentais consultadas foram, principalmente, os arquivos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e das Comunidades Eclesiais de Base nas Dioceses de Juazeiro, Bom Jesus da Lapa e de Vitória da Conquista, assim como os arquivos da Comissão Pastoral da Terra em Salvador. O estudo evidencia o impacto da ação dos movimentos sociais nascidos fora da ordem estatal, a despeito do controle militar, que contribuiu para alçar a estrutura sindical dos trabalhadores rurais na Bahia de uma posição de indiferença para uma posição de reconhecimento e apoio às reivindicações de suas bases sociais.

Palavras-chave: Educação e Movimentos Sociais de Trabalhadores Rurais – Educação e Emancipação – Movimentos Sociais – Educação – Estado e Sociedade Civil

ABSTRACT

BUILDING TRENCH IN MINED TERRITORY: EDUCATION WITHIN THE SYNDICALIST MOVEMENT OF RURAL WORKERS UNDER FIRE OF THE RIGID LINE OF THE GOVERNMENT IN THE PROCESS OF DEMILITARIZATION: Bahia from 1972 to 1990

This article stems from a research on the relationship between civil society and State, addressing tensions and negotiations between the social movements of rural workers and union structure corresponding to it, formally tied to the state, along the lines of Brazilian union structure. While many other relationships have been observed in this research process, the focus of this work is based primarily on the educational

* PhD pela Universidade de Liverpool – Inglaterra. Professor Titular do DCH – Campus I. Professor do Programa de Educação e Contemporaneidade do DEDC da Universidade do Estado da Bahia.

program that covered both the social bases and union leaders, such as sectors of civil society more broadly responsive to popular causes. The narrative is based upon the testimonies of survivors and of the leaders of the historical juncture in the scenario of trade union struggles in Bahia. The documentary sources were mainly the files of the Federation of Agricultural Workers of the State of Bahia, the National Confederation of Agricultural Workers and the Basic Church Communities in the Diocese of Juazeiro, Bom Jesus da Lapa and Vitoria da Conquista as well as the archives of the Pastoral Land Commission in Salvador. The study highlights the impact of actions by social movements, born out of State order, in spite of military control, which helped to raise the structure of the rural workers union in Bahia, from a position of indifference to a position of recognition and support of the claims of its social bases.

Keywords: Education and Social Movements of Rural Workers – Education and Emancipation – Social Movements – Education – State and Civil Society

Introdução

As tentativas de estender os direitos trabalhistas aos labores do campo, e de promover a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos – tal como ocorreu na categoria de trabalhadores urbanos –, remontam aos anos de 1930. Durante o período constituinte, que precedeu a Intentona, vários sindicatos de trabalhadores agrícolas foram organizados no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, todavia poucos conseguiram sobreviver ao clima do anticomunismo que vicejou no Brasil durante a ditadura Vargas (CAMARGO, 1981).

Somente no período desenvolvimentista, emblematizado por Juscelino Kubitschek, são retomadas as tentativas de apoiar as mobilizações camponesas em defesa de seus interesses, como foi o caso das Ligas Camponesas (Callado, 1966; Andrade, 1980; Azevedo, 1982) que contavam com o apoio de partidos de esquerda e do então Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, respaldado predominantemente pela Igreja Católica, sobretudo nos estados do Rio Grande do Norte e de Minas Gerais (Camargo, 1981). Nesse período intensificam-se as tentativas de extensão das leis de proteção ao trabalho no campo (Estatuto do Trabalhador Rural 02/03/1963) e a luta pela reforma agrária.

Com a deposição, em 1964, do governo de João Goulart – que via naquela mobilização popular um aprofundamento da democracia no país –, houve, como consequência do golpe militar, um severo retrocesso no ímpeto democrático, uma vez que os

militares temiam os desdobramentos políticos da emergente efervescência (Ianni, 1975). As Ligas Camponesas e os Partidos Comunistas, consequentemente, foram duramente reprimidos e entraram em refluxo, enquanto certas ações políticas e sociais ligadas à Igreja Católica foram toleradas e, dentre elas, o apoio ao Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MELO, 1964, 1965).

O presente artigo pretende dar visibilidade à questão educacional como um dos elementos fundamentais para a reumanização dos oprimidos (FREIRE, 1967), assim como para a sua articulação em movimentos sociais, capazes de produzir mudanças sociais e políticas. Nessa direção, destaca o trabalho educacional desenvolvido pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, que, inspirado na Doutrina Social da Igreja Católica, foi concebido com objetivo de mobilizar, formar e organizar os trabalhadores rurais, com base no método ver, julgar e agir, com o apoio do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), ligado à Arquidiocese de Olinda e Recife. Essa prática educacional, por sua vez, chega à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), em 1968, com a eleição de uma diretoria de oposição aos representantes do regime militar.

Neste estudo, evidencia-se a efetividade do conjunto de ações, definido como Educação Sindical, pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, por meio dos seus desdobramentos, especificamente no caso da Bahia, no período de 1972 a 1990.

Sob a liderança dos nordestinos, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, concebido como movimento social antes mesmo da legitimação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais a partir de 13 de maio de 1962, passou a ganhar expressão nacional por meio de um persistente trabalho de formação de lideranças e de quadros técnicos desenvolvido pelas Federações Estaduais e Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Esse trabalho conseguiu angariar a adesão da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia, entre os anos de 1972 e 1973. A partir daí os sindicatos municipais tornaram-se bases de apoio às lutas dos trabalhadores, constituindo-se em espaços políticos efetivos.

Breve nota sobre o panorama nacional

A partir de meados dos anos de 1950, os setores políticos e sociais mais importantes na cena brasileira envolvidos nas mobilizações camponesas foram os partidos políticos de esquerda e alguns setores da Igreja Católica. Esses sujeitos sociais participaram das campanhas pela reforma agrária e pela extensão dos direitos trabalhistas para o setor rural como elementos fundamentais para redimir os camponeses de sua antiga exploração (FONSECA, 1963). Neste contexto de disputa política, as ligas camponesas apresentaram-se como forças transformadoras e, conjuntamente com seus apoia- dores – Francisco Julião, Clodomir Moraes e outros –, lideraram marcante campanha por uma reforma agrária radical numa perspectiva revolucionária socialista, contrapondo-se aos setores da Igreja Católica e aos partidos políticos de centro, que defendiam uma reforma agrária por meios constitucionais. Essa aliança, democrata-cristã e social-democrata, tornou-se a mais eficaz na conquista da extensão da legislação de direitos trabalhistas para a área rural no Brasil (PRICE, 1964), obtendo sua primeira vitória com a realização do I Congresso de Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste do Brasil, realizado em Itabuna, Bahia, em maio de 1962, ao final do qual, dia 13 de maio, obteve do governo federal o reconhecimento de seus 22 primeiros sindicatos de trabalhadores. Como resultado dessa mobilização política, realizada no período entre 1955 e 1964, houve um despertar

geral da consciência nacional da necessidade da reforma agrária, e conquistou-se a extensão dos direitos trabalhistas para a área rural por meio do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), Lei n. 4.214, promulgada em 2 de março de 1963.

Como consequência da repressão militar, as Ligas Camponesas foram proscritas em 1964, e o governo federal interveio nos sindicatos de trabalhadores rurais, incluindo as federações estaduais e a própria CONTAG. Após, as diversas categorias de trabalhadores rurais anteriormente separadas, em sindicatos distintos, de pequenos agricultores, posseiros, meeiros e rendeiros, foram agrupadas, sob o governo militar, dentro de uma única categoria, a de ‘trabalhadores rurais’, para propósitos de enquadramento sindical (MEDEIROS, 1990). A partir de então, apenas um sindicato de trabalhadores rurais por município poderia existir, apenas uma federação por estado, e a CONTAG foi mantida como o único representante nacional dos trabalhadores rurais, como estabelecido pelo governo anterior.

Em muitos casos, diversos sindicatos de trabalhadores foram extintos e outros postos sob intervenção federal até 1966. Após isso, os movimentos sociais de camponeses, assim como os movimentos populares em geral, tornaram-se alvo do aparato repressor, já que eram considerados politicamente vulneráveis à subversão. Como consequência, os latifundiários, especialmente na região das plantações de cana-de-açúcar em Pernambuco, aumentaram o nível de exploração dos trabalhadores mediante o aumento das tarefas diárias e da redução dos salários (MELO, 1964).

Contudo, a maioria dos dirigentes dos sindicatos de trabalhadores rurais existentes, diante de tais circunstâncias críticas, tentou evitar qualquer confronto com o regime militar. Assim, mesmo ouvindo reclamações dos camponeses, eles permaneciam desmobilizados. Boa parte dos membros das diretorias dos sindicatos estava ligada aos militares e aos latifundiários, além disso, qualquer reclamação trabalhista, ainda que amparada na lei, poderia ser vista como atitude subversiva. Assim, embora a intervenção federal na CONTAG e nos seus sindicatos de base tenha sido suspensa em 1966, os antigos interventores foram eleitos como diretores. Daí porque os sindicatos de trabalhadores rurais

permaneceram distanciados das suas lutas, mesmo tendo sido suspenso o regime de intervenção.

No caso de Pernambuco, porém, um conjunto específico de fatores contribuiu para que o sindicalismo de trabalhadores rurais reativassem suas ligações com os movimentos sociais camponeses, a despeito do controle militar. O primeiro fator foi a reação independente dos trabalhadores das plantações de cana-de-açúcar, que iniciaram greves localizadas em diversos engenhos de açúcar, reivindicando a observância do Acordo Salarial de 1963 e do Estatuto do Trabalhador Rural, mesmo sem o apoio dos sindicatos. Esse fato fez com que as autoridades militares cobrassem dos sindicatos maior presença junto aos trabalhadores, evitando assim o recrudescimento da agitação social nos canaviais. O segundo fator refere-se à permanência de alguns líderes ligados à Igreja Católica no comando de alguns sindicatos, pois suas atividades já eram tidas como não comunistas mesmo antes do golpe militar. O terceiro fator diz respeito ao envolvimento da Igreja Católica – por meio do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) –, retomando seu trabalho de educação no campo, juntamente com os remanescentes líderes ligados à Igreja, tal como se realizava desde 1961, quando o sindicalismo dos trabalhadores rurais era apenas um movimento social.

Inicialmente, como as greves eram localizadas, foram resolvidas mediante acordos entre a liderança dos sindicatos de trabalhadores rurais e os latifundiários. Mais tarde, como a exploração tornou-se insuportável, o movimento sindical de trabalhadores rurais na região da cana-de-açúcar começou a organizar uma greve geral para o início da colheita de 1965. Embora o regime militar tenha estabelecido severas restrições para evitar greves, 99 mil trabalhadores rurais aprovaram o movimento. A greve foi reprimida e líderes sindicais foram presos.

Neste contexto de enfrentamento político com o regime militar e de cisão interna entre as lideranças católicas, fracassa a greve geral dos canaviais, e os líderes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) aumentaram sua influência junto aos trabalhadores do campo a partir de 1965. Mesmo diante da desconfiança dos militares, a FETAPE reforçou seu

programa educacional com o objetivo de formar líderes sindicais. A liderança da FETAPE também buscou fortalecer o movimento, criando um serviço de assessoria jurídica em apoio às demandas dos trabalhadores.

De acordo com José Gonçalves da Silva (1991) – assessor educacional da FETAPE à época –, o programa educacional consistia em treinar líderes locais sobre leis específicas de interesse dos trabalhadores rurais, tais como as leis de terra, direitos civis e trabalhistas, e sobre a organização política e social brasileira. O programa educacional estimulava também a discussão sobre os problemas dos trabalhadores e melhoria de suas condições de vida, com ênfase na luta por reforma agrária. Assim, os líderes das organizações de base, uma vez tendo participado do programa educacional da FETAPE, começavam a compartilhar o conhecimento adquirido com os membros de suas respectivas comunidades fazendo emergir uma nova geração de líderes sindicais.

Embora a intervenção federal na CONTAG tenha terminado em 1965, sua diretoria – constituída dos antigos interventores –, manteve uma política de acomodação com o governo militar. No entanto, o ano de 1968 foi marcado, como em outras partes do mundo, por intensas mobilizações populares, emergindo certo clima de liberalização política, mais tarde sufocada pela Linha Dura do mando militar por meio do histórico Ato Institucional nº 5 (AI 5). Nesse contexto ocorreram também, em 1968, as eleições para uma nova diretoria da CONTAG, e uma frente estabelecida entre os representantes de vários estados, liderada pela FETAPE, venceu as eleições para a diretoria da Confederação Nacional. A nova diretoria, encabeçada por José Francisco da Silva, era composta predominantemente por líderes rurais nordestinos, em aliança com os estados do Sul e Sudeste, como o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Espírito Santo (CONTAG, 1985).

A partir de então, a nova direção da CONTAG propôs à assembleia geral da entidade que uma política educacional, similar à da FETAPE, fosse desenvolvida em âmbito nacional.

Como a maioria da assembleia da CONTAG era representada por líderes nordestinos, preocupados com o aumento da violência contra os trabalhadores rurais em diversos estados brasileiros, e diante da

resistência do governo militar em relação à reforma agrária, a proposta foi aprovada pela assembleia realizada em Araruama, no Rio de Janeiro, em 1968 (SILVA, 1991). Obtido o apoio da assembleia, a CONTAG investiu uma quantidade considerável de recursos, arrecadados do imposto sindical, na capacitação dos funcionários de suas afiliadas para a implementação do programa educacional junto aos líderes sindicais e trabalhadores de base em suas respectivas regiões, assim como na organização da assistência jurídica aos camponeses (MEDEIROS, 1989).

A FETAG da Bahia e o programa educacional do MSTR

O sindicalismo de trabalhadores rurais na Bahia, no início dos anos de 1970, após uma severa crise institucional que culminou, ainda em 1972, com a destituição sumária da diretoria da FETAG e a sua substituição por uma junta interventora, vivenciou um processo de profundas transformações nas suas relações com suas bases sociais e com a sociedade. A crise originou-se com base em acusações do Ministério do Trabalho, em Salvador, acerca do mau uso dos recursos financeiros da FETAG por parte de seus diretores e alguns dos dirigentes de sindicatos mais antigos do estado. Poucos meses depois, – finda-se a intervenção e elege-se regularmente uma nova diretoria. A despeito das estreitas relações de colaboração dos dirigentes estaduais destituídos com setores militares, isso não foi suficiente para livrá-los da destituição e de um rumoroso processo judicial. Daí em diante, embora velhas práticas tenham sido mantidas, tais como o ‘assistencialismo’, emergiu uma nova identidade, tanto da FETAG, como de seus sindicatos afiliados, mais voltada para a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais.

A CONTAG, até então vista com desconfiança pela diretoria afastada, procurou estabelecer laços de colaboração com a nova direção da FETAG e com os seus sindicatos de base. Inicialmente essa colaboração foi marcada pela realização de cinco encontros regionais com os sindicatos de base para conhecê-los de perto e recolher ideias para a elaboração de um plano de atuação para o sindicalismo de trabalhadores rurais na Bahia. Neste estado as bases sociais eram sabidamente acossadas por

violentas expulsões de suas terras e por condições extorsivas de trabalho assalariado. Esses encontros ocorreram sob a vigilância dos órgãos de segurança, dada a desconfiança que pairava sob uma possível tendência esquerdizante da CONTAG, chegando um deles – o realizado em Itabuna – a ser interdito pela Polícia Federal, tendo sido liberado posteriormente graças a negociações da CONTAG junto às autoridades do Ministério do Trabalho, em Brasília.

Mesmo tendo estabelecido laços com a CONTAG, a direção da FETAG manteve-se dividida entre duas correntes de orientação política. Uma delas, ligada à antiga assessoria que fora mantida, preservou-se assistencialista e aliada aos aparatos militares de segurança nacional. A outra, enraizada na problemática dos trabalhadores, alinhou-se firmemente à orientação da CONTAG. Mesmo com essas contradições internas, foram estabelecidas novas práticas caracterizadas por um programa educacional e pela descentralização da assistência jurídica em todas as regiões da Bahia, conforme orientação baseada no plano elaborado ao final dos cinco encontros regionais. Tais práticas, por sua vez, resultaram das discussões travadas com os dirigentes de base nos encontros regionais, realizados com o apoio e a participação da CONTAG, no último trimestre de 1972. Num cenário político totalitário, os encontros tornaram-se espaços fundamentais para o levantamento de uma gama de problemas tanto em relação aos trabalhadores já acossados pelas políticas de modernização agrícola em curso na Bahia, assim como outros de ordem administrativa, não somente em relação aos sindicatos filiados, mas também em relação à própria gestão da FETAG.

Os encontros revelaram que a maioria dos sindicatos não possuía suas próprias sedes, estando localizados em casas alugadas. Por outro lado, apenas alguns dos sindicatos filiados à FETAG estavam conseguindo arrecadar a contribuição social mensal de seus membros. Além disso, a maioria dos sindicatos, já reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, ainda não recebia a sua parcela do imposto sindical, arrecadado anualmente, em razão da sua situação irregular no que se refere às exigências legais. Fica evidente o grau de vulnerabilidade administrativa em que se encontrava a maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais no estado.

Inspirado fundamentalmente nos princípios adotados pela CONTAG a partir de 1968, o programa educacional estabelecido pela FETAG da Bahia estabeleceu quatro objetivos principais:

- Primeiro, reconstruir o sindicalismo de trabalhadores rurais no estado da Bahia por meio da reorganização da vida administrativa dos sindicatos, e pela coordenação da fundação de novos sindicatos¹, assegurando-lhes mais independência em relação às forças políticas locais.
- Segundo, orientar os líderes em termos de questões sindicais, ampliando-lhes o nível de conhecimento sobre a legislação federal, estadual e local de interesse dos trabalhadores rurais. Além disso, encorajá-los ao encaminhamento de ações judiciais, não tanto porque acreditassem na força da lei em favor dos trabalhadores, mas como uma forma de mantê-los mobilizados mesmo sob o regime militar.
- Terceiro, estimular um processo de discussão, não somente entre os líderes sindicais, mas também entre eles e suas respectivas bases sociais, buscando o fortalecimento do sindicalismo de trabalhadores rurais.
- Quarto, formar uma opinião pública favorável aos trabalhadores, tentando criar espaço social e político por meio da denúncia dos seus problemas, tanto na imprensa nacional e local, como buscando estabelecer relações com outros setores da sociedade civil organizada, a fim de estabelecer laços de colaboração e solidariedade (CONTAG).

De acordo com as novas diretrizes assumidas pela FETAG, a partir do final de 1972, foi proposta nova assessoria jurídica, mobilizando advogados voltados para causas populares. Reorganizaram-se também assessorias para assuntos sindicais² e educacionais. Essas constituíram-se, inicialmente, de assessores contratados ainda pela diretoria que fora destituída e que foram mantidos, mesmo após a sua destituição, e de novos, escolhidos mediante critérios de vinculação com as causas populares. Tal composição resultou em severas tensões na condução das ações do sindicalismo dos traba-

lhadores rurais na Bahia, ainda que as assessorias tenham contado com a coordenação de um diretor executivo da FETAG.

Em razão da grande extensão territorial do estado da Bahia e das dificuldades de comunicação entre as diversas regiões com a Capital – Salvador –, foram criadas assessorias regionais, localizadas em municípios de mais fácil acesso aos que deveriam ser assistidos por elas, cada uma contando com três técnicos, dentre os quais um especialista em educação popular, um advogado e um especialista em contabilidade sindical, em geral, todos três jovens em início de carreira, com boa reputação junto ao movimento popular (CONTAG).

Previsivelmente, os novos assessores não foram bem recebidos pelos antigos. Foram interpretados como indivíduos perigosos ao sindicalismo de trabalhadores rurais, pois eram ligados ao movimento popular e à igreja progressista na Bahia. Assim, estabeleceram-se, com certa força, dentro da FETAG, divergências políticas entre os conservadores e os seguidores da CONTAG. Ao final, a nova diretoria, já então adepta da CONTAG, conseguiu não somente manter os novos assessores recém-contratados, como dispensar um dos mais importantes e antigos membros reacionários, após terem tentado dialogar com ele por quase um ano (MENESES, 1991).

Certamente, o sucesso dos membros da diretoria da FETAG, defensores da nova política, foi favorecido pelo interesse do representante do Ministério do Trabalho na Bahia, que tentava evitar o retorno dos diretores destituídos. Não tendo obtido sucesso integral no procedimento judicial contra a antiga diretoria, buscou fortalecer a tendência política no sindicalismo de trabalhadores rurais na Bahia, que potencialmente seria capaz de evitar o retorno dos antigos diretores ao comando da FETAG. Seu

¹ Naquele período era fato comum que forças políticas, ligadas às vezes aos latifundiários, criassem um Sindicato de Trabalhadores Rurais nos seus respectivos municípios, independentemente da orientação da FETAG, com o objetivo de angariar o Posto Médico e Ambulatorial para o município. Em muitos casos, porém, isso também foi feito com o assentimento da direção da FETAG. Negligenciando, desse modo, qualquer caráter reivindicatório do STR.

² Uma das alegações mais frequentes usadas pelas autoridades militares para afastarem diretores sindicais comprometidos com as lutas dos trabalhadores era a de acusá-los de má condução administrativa e contábil dos sindicatos, daí a necessidade de se disponibilizar assessorias especializadas espalhadas por todo o estado.

apoio tornou-se evidente quando ignorou sistematicamente as acusações de subversão contra os assessores da CONTAG, assim como contra os membros da FETAG que aderiram à orientação da CONTAG. Assim, a tensão política no sindicalismo de trabalhadores rurais na Bahia entre os seguidores do antigo grupo sancionado militarmente e os adeptos da tendência popular, ligada à CONTAG, tornou-se constante. Contudo, como a ‘tendência popular’ ganhou força política, estabeleceu-se certo equilíbrio entre as duas facções. Os conservadores mantiveram sua posição paternalista, favorecendo as políticas assistencialistas do governo militar, entretanto sem obstruir as políticas realizadas pela tendência popular e pela CONTAG (SOU-SA, n/d). Membros da tendência popular, porém, evitaram ampliar a confrontação política, já que temiam ser eliminados pelas forças militares em retaliação à política de fortalecimento das lutas camponesas. Desta forma, tacitamente, um pacto de sobrevivência foi estabelecido. Mesmo assim, as novas práticas, incluindo o programa educacional, foram realizadas dentro de um processo contínuo de disputa política.

O programa educacional estava longe de configurar-se como educação formal. Ele foi concebido como resultado de um amplo processo de discussão de todos os aspectos do sindicalismo de trabalhadores rurais. Em essência, todo o processo educacional era voltado para a ação e nela se concretizava. As discussões e os estudos precediam as práticas, mas não faziam sentido sem as ações deles decorrentes. Praticamente todas as ações eram decididas de comum acordo entre ambas as correntes políticas e eram implementadas segundo a capacidade de mobilização de cada uma delas. Como a tendência popular não tinha ligações suficientemente fortes com o conselho geral da FETAG, permaneceu certo tempo em relativa desvantagem, tendo que esperar, por algum tempo, para colher os resultados de seu trabalho político.

Realmente, para os trabalhadores rurais que costumavam agir independentemente do aparato estatal e fora da sociedade civil não fazia diferença se seus sindicatos fossem ou não reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Contudo, a CONTAG insistiu para que a FETAG começasse o trabalho educacional pela normalização da situação legal, para

evitar maiores desentendimentos e perseguições do governo militar. Todo esse trabalho deu-se num contexto de aprendizagem dos dirigentes sindicais de base, assim como de seus assessores e funcionários. De fato, assumiu-se que qualquer sindicato de trabalhadores rurais deveria começar, sendo bem organizado, do ponto de vista legal, desde sua fundação, e não apenas a partir do seu reconhecimento. Diante disto, a FETAG começou a normalizar a situação dos sindicatos em relação ao Ministério do Trabalho para assegurar sua existência legal e a defesa dos direitos dos trabalhadores.

Antes do início do programa educacional havia 96 sindicatos de trabalhadores rurais na Bahia. No entanto, apenas 50 deles estavam reconhecidos e 46 haviam sido apenas fundados, aguardando, portanto, o reconhecimento oficial. Destes 50 sindicatos reconhecidos, 19 deles corriam o risco de serem cassados, pois não haviam realizado as eleições após terem sido reconhecidos. Além disso, os diretores provisórios não tinham ideia sobre como proceder, pois o processo eleitoral de sindicatos era bastante complexo, ainda mais sob o controle militar. Mais ainda, 14 sindicatos dos 31 restantes corriam o risco de serem também cassados, pois não haviam cumprido suas obrigações anuais junto ao Ministério do Trabalho. Por conta disso, apenas 17 sindicatos tiveram direito a voto nas eleições da FETAG no ano anterior. Em vista de lidar com este tipo de questão, a FETAG reforçou a sua assessoria sindical.

Inicialmente, esta assessoria organizou um amplo arquivo sobre a real situação jurídico-administrativa dos sindicatos, baseando-se nos dados reunidos durante os encontros regionais realizados no ano anterior, 1972, e também nos arquivos do Ministério do Trabalho em Salvador. Após, montou um calendário de atividades voltadas para a organização da vida administrativa dos sindicatos, reconhecidos ou não, dando prioridade para os casos em que a desorganização fosse mais grave. Segundo as novas ideias postas em prática, não bastava pôr em ordem a situação administrativa dos sindicatos, era necessário buscar a emancipação dos dirigentes, funcionários e assessores que atuavam nas bases, por meio da transferência de conhecimentos específicos, aliados às discussões e reflexões sobre a importância social e política

de manter o sindicato em ordem, como base para assegurar a defesa dos trabalhadores rurais, fossem eles associados ou não.

Ações educacionais para tesoureiros

O processo de normalização administrativa dos sindicatos efetivou-se tanto pela realização dos atos em atraso, como mediante a realização de cursos e treinamentos para tesoureiros e escriturários sindicais, apoiado em apostilas elaboradas com linguagem acessível pelas assessorias da CONTAG e da própria FETAG. Tais cuidados – objeto de preocupação de ambas as tendências políticas – decorriam do fato de que a maioria dos tesoureiros tinha dificuldade para ler e escrever. Ainda assim, os conservadores insistiam em manter as contabilidades dos sindicatos sob o controle dos contadores do corpo de funcionários da FETAG, tal como nos tempos da diretoria que fora destituída. Enquanto isso os novos diretores e assessores defensores da nova política, tentavam preparar contadores regionais em vista de fazer a contabilidade de cada um dos sindicatos tão eficaz quanto possível. Durante os encontros regionais, diversos líderes relataram que os contadores da FETAG, em razão do grande volume de trabalhos que assumiam, terminavam por levar os sindicatos a descumprirem os prazos legais para o envio de prestações de contas e previsões orçamentárias, tanto às suas respectivas assembleias, como ao Ministério do Trabalho.

Não obstante todas estas contradições em relação à normalização administrativa, por meio deste esforço conjunto, a porcentagem de 47,91% de sindicatos ainda não reconhecidos no final de 1972 caiu para 40,56% no final de 1973, e para apenas 23,72% em 1974. Além disso, 33 sindicatos de trabalhadores rurais realizaram eleições e os outros 31 normalizaram suas contas com o Ministério do Trabalho. Desta forma, todas as situações irregulares em relação às eleições e às contas dos sindicatos foram resolvidas em um ano, e a habilidade da FETAG para lidar com este tipo de problema foi firmemente estabelecida. Por outro lado, embora as forças políticas conservadoras tenham insistido em criar novos sindicatos para atender a seus interesses políticos externos,

sem a devida preparação dos trabalhadores rurais dos respectivos municípios, conseguiu-se reduzir consideravelmente essa prática. Em 1973, apenas 10 sindicatos de trabalhadores rurais foram criados; em 1974, apenas 12; e em 1975, o último ano da diretoria que sucedeu a intervenção do Ministério do Trabalho, foram fundados mais 15 sindicatos de base (FETAG).

Enfrentando o assistencialismo previdenciário

De acordo com os testemunhos de Teresinha Menezes e Dilermando Pinto, ambos assessores educacionais da FETAG durante esse período, a fundação de novos sindicatos de trabalhadores rurais em si foi outro ponto de competição entre as duas facções. Embora os conservadores não fossem tão mobilizados quanto os membros da tendência popular, conseguiram fundar um número de sindicatos maior do que esses. O sucesso dos conservadores deveu-se às conexões que eles estabeleciam com os líderes políticos regionais conservadores, interessados em criar sindicatos de trabalhadores rurais com fim de obterem a instalação do ambulatório médico-odontológico em seus respectivos municípios, que, por sua vez, lhes assegurava o sucesso eleitoral, além de outros proveitos. Os sindicatos fundados com base nessas conexões dedicavam-se preponderantemente ao encaminhamento de trabalhadores rurais para receberem benefícios previdenciários, como aposentadoria e auxílio funeral, por meio do FUNRURAL.

Todo esse processo foi facilitado por meio do sistema previdenciário destinado aos trabalhadores rurais. O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), como foi designado pela lei que o instituiu, atribuiu aos sindicatos dos trabalhadores rurais a responsabilidade pela verificação da elegibilidade das pessoas que pleiteavam os benefícios da previdência. Além do mais, como não dispunha de instalações próprias, o FUNRURAL celebrava convênios com os STRs a fim de instalar os serviços de assistência médica e odontológica nas sedes dos sindicatos de trabalhadores rurais. Isso acentuou o caráter assistencialista que as autoridades pretendiam para os STRs.

Todavia, como na maioria dos municípios baianos não era comum o oferecimento de qualquer assistência de saúde pública, a partir da criação do FUNRURAL muitos prefeitos municipais passaram a buscar a FETAG, ou mesmo criavam por conta própria, um sindicato de trabalhadores rurais, em seus respectivos municípios, como forma de adquirir um ambulatório médico-odontológico. Assim, as diretorias dos sindicatos de trabalhadores rurais criados desse modo, frequentemente foram constituídas por pessoas da confiança do poder local, e não eleitas pelos trabalhadores. Portanto, em muitos casos, o FUNRURAL foi politicamente apropriado pelas oligarquias locais.

A tendência popular, por sua vez, buscava fundar sindicatos independentes das oligarquias locais e regionais e comprometidos com os interesses dos trabalhadores. A fundação destes sindicatos era precedida de intensa preparação dos trabalhadores por meio de cursos sobre a legislação trabalhista e sindical, legislação agrária e, sobretudo, o Estatuto da Terra. Em relação à previdência social, embora a reconhecessem como necessária uma vez que os camponeses não dispunham de alternativa de assistência à saúde, atormentava-os o reconhecimento do risco de que essa prática pudesse eliminar o potencial combativo dos sindicatos e atrelá-los sempre mais ao controle estatal.

Desse modo, os membros da tendência popular, por onde passavam, buscavam visitar áreas de conflito a fim de familiarizarem-se com os problemas sociais, econômicos e políticos dos trabalhadores rurais, assim como de tentar fortalecer suas lutas, aproximando-os dos sindicatos. Faziam contatos com pessoas da comunidade potencialmente interessadas em apoiar as lutas de resistência social, a exemplo de padres, religiosas, advogados e líderes comunitários.

Entre 1972 e 1976, em razão do estrito controle militar, poucos grupos organizados politicamente possuíam possibilidades reais de estabelecer ligações com os trabalhadores rurais na Bahia. Frente a essa situação, a FETAG, durante este período, teve um papel importante em termos de abrir caminhos para o rompimento desse isolamento dos trabalhadores rurais. Do mesmo modo, como foi visto anteriormente, apenas a CONTAG, em termos

nacionais, alcançou uma política de fortalecimento do sindicalismo dos trabalhadores rurais e de apoio jurídico às suas demandas. Embora as CEBs já existissem nesta época na área rural da Bahia, somente mais tarde vieram a intensificar sua aproximação com os sindicatos.

Mudança de qualidade nas ações dos STRs

Ao final de um ano de trabalho sistemático, atendendo às principais questões levantadas nos encontros regionais de 1972, evidenciou-se uma nova forma de relacionamento entre o sindicalismo de trabalhadores rurais e as suas bases. Os encontros regionais de dirigentes sindicais realizados em 1972 já haviam sinalizado que os conflitos no meio rural tanto se espalhavam, como tornavam-se cada vez mais intensos em todo o estado. Como não se dispunha de quadros técnicos em número suficiente para uma atuação imediata em todo o estado, foram eleitas algumas áreas, durante os encontros regionais realizados no final de 1973, como prioritárias para intensificar-se a atuação dos sindicatos e da FETAG a partir de 1974. A primeira delas foi o Oeste do estado, a segunda foi a região do Submédio São Francisco, e a terceira foi a região produtora de sisal.

A escolha das áreas prioritárias baseou-se também nos dados levantados pelos dirigentes sindicais desde os encontros regionais realizados em 1972. A partir deles, tomou-se consciência de que trabalhadores rurais estavam sendo despejados de suas terras pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) para a construção da barragem do Sobradinho, como uma parte do programa nacional de produção de energia elétrica. Uma grande proporção destas pessoas não recebeu qualquer indenização pela perda das terras onde moravam e plantavam, uma vez que eram consideradas de propriedade estatal, a despeito de terem sido ocupadas por elas por muito tempo, passando de geração a geração (SOUSA, 1977). Simultaneamente à construção da Barragem de Sobradinho, também a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) estava arrecadando terras, na Bacia do São Francisco, para a implantação de

grandes projetos de agricultura irrigada nos mesmo moldes de expropriação da CHESF.

Por sua vez, na Região Oeste do estado, em consequência dos incentivos criados pelo governo federal para a expansão da fronteira agrícola nos cerrados, numerosas famílias camponesas estavam sendo despejadas de suas terras por grandes empresas, beneficiadas por meio do apoio financeiro do governo federal e de concessões de terra pelo governo estadual. Finalmente, a terceira prioridade foi a região do sisal, na qual, durante o processo de colheita, por causa da precariedade tecnológica da extração da fibra e o cansaço decorrente das longas jornadas diárias de trabalho, centenas de trabalhadores rurais sofreram acidentes tais como decepamento de dedos, mãos ou braços, resultando em mutilações permanentes. Tendo como agravante o fato de não receberem qualquer indenização ou benefício previdenciário em reparação. Tampouco as autoridades, até aquela data, haviam realizado qualquer esforço para evitar o aumento frequente destes acidentes (MOURA, 1985).

A violência e o desespero dominaram a cena

No caso de Sobradinho, mais de 70 mil pessoas tiveram de romper bruscamente a sua relação, construída há séculos, com o rio São Francisco. A construção do lago tornou profundas as águas do rio e de difícil navegação com as tradicionais técnicas.

Os barcos que a população ribeirinha usava para pescar, assim como os barcos a vapor, os chamados gaiolas, foram proibidos de navegar e seus donos indenizados. Quatro cidades e onze vilas foram submersas pelo lago artificial. Uma verdadeira operação militar foi realizada para remover toda uma população indefesa das terras que deveriam ser cobertas pelas águas. Os latifundiários tradicionais foram cooptados pelas autoridades por meio da concessão das melhores terras e outras facilidades. Assim beneficiados, esses antigos fazendeiros jamais ofereceram qualquer resistência ao projeto do governo e fecharam os olhos ao sofrimento dos trabalhadores e suas respectivas famílias. A população urbana, pelo menos, recebeu uma casa nova, nas novas cidades, que preservaram

os correspondentes nomes das cidades que foram submersas. Todavia, a população rural espalhou-se nas recém-colonizadas caatingas e em volta das cidades à beira do rio, longe do lago, aprofundando mais ainda o seu estado de miséria.

Simultaneamente, esta inquietação social atingiu também os trabalhadores rurais do Oeste do estado. A partir do início dos anos de 1970, investidores, apoiados pelo governo, começaram a expulsar camponeses para estabelecer a pecuária na região, o que impactou negativamente a vida dos camponeses. Abruptamente viram as estradas que haviam aberto para escoamento de seus produtos em direção ao rio São Francisco – ou até em direção aos seus tributários, como os rios Corrente, Grande, Preto, São Desidério e das Almas – serem invadidas por carretas transportando gado para ser alimentado nas grandes propriedades que foram estabelecidas nas terras tomadas dos trabalhadores rurais. Consequentemente, foram extintas as lavouras dos agricultores familiares, assim como as tradicionais tropas de burros que transportavam a produção de cereais dos camponeses para os portos fluviais da região. De repente, as cidades foram cingidas por barracos improvisados por pessoas expulsas de suas terras. Assassinatos e encarceramentos arbitrários de camponeses que se recusavam a deixar a terra onde viviam desde que nasceram, pedintes por todos os lados, como nunca visto antes, vilas inteiras cercadas pelos novos latifundiários, apoiados pela polícia ou por jagunços, compunham o quadro de diáspora e desolação generalizado. Tais circunstâncias forçaram os trabalhadores rurais a organizarem-se para resistir e buscarem apoio de setores sensíveis da sociedade.

Não obstante as situações acima expostas já existirem bem antes do início do programa educacional, elas não receberam a necessária atenção da FETAG durante as gestões anteriores, tampouco pela diretoria afastada pelo Ministério do Trabalho. A aproximação entre a tendência popular da FETAG e os trabalhadores, dirigentes sindicais e Comunidades Eclesiais de Base das áreas de conflitos, desde que o programa educacional foi implantado, pelo menos indicou o caminho para que os trabalhadores rurais buscassem apoio nos sindicatos. Uma vez que os primeiros passos da nova política foram sendo estabelecidos, em curto

período de tempo, intensificou-se um fluxo de demandas não somente aos sindicatos, mas também à FETAG e à CONTAG. Desta forma, sob a pressão dos trabalhadores rurais de cada região do estado, o sindicalismo teve que procurar alternativas para atendê-los. Ainda que uma facção dos dirigentes sindicais hesitasse diante desta pressão social massiva, e não obstante as contradições internas ao sindicalismo de trabalhadores rurais, as lideranças alcançaram um consenso mínimo, tanto em termos de encaminhamentos judiciais, como de pedidos de audiência às autoridades do poder executivo para cobrar medidas de reparação.

Em face dessa pressão crescente das bases sociais sobre as lideranças sindicais, tornou-se fundamental o apoio das assessorias regionais, tanto a fim de assegurar a organização administrativa dos sindicatos, como a fim de ampliar a consciência dos trabalhadores acerca dos seus direitos, por meio de reuniões de base, e do crescente número de ações judiciais movidas contra os latifundiários pelos advogados, e mesmo de resistência nas terras que ocupavam. O crescimento dessa demanda evidenciou o quão efetivo estava sendo o trabalho educacional desenvolvido pela tendência popular.

De acordo com o plano de ação concebido no início de 1973, uma nova série de encontros regionais foi realizada, como em 1972³. No final de cada encontro, os dirigentes de cada região levantaram ideias para um novo plano para o ano de 1974. Para facilitar a coleta de sugestões e ideias, os representantes da FETAG distribuíram um questionário para todos os dirigentes sindicais, cujas respostas, uma vez sistematizadas, serviram de base para o novo planejamento. Com base nas respostas recebidas dos dirigentes de base, os assessores educacionais prepararam uma proposta a ser submetida à Assembleia Geral da FETAG realizada em Salvador, de 9 a 12 de dezembro. Este fato, em si, representou outra nova prática para o sindicalismo de trabalhadores rurais na Bahia. A prática do planejamento coletivo anual das ações manteve-se em todos os anos pesquisados, ou seja, entre 1972 e 1990.

Dentre as várias ações propostas, contidas no plano para 1974, quatro delas foram apontadas como prioridades: a primeira, relacionada ao Programa Educacional; a segunda, à situação patrimonial da FETAG; a terceira, à assistência jurídica e

contábil; e a quarta, à assistência previdenciária. Em termos do Programa Educacional, foi decidida a realização de treinamentos em três níveis: dirigentes sindicais, trabalhadores de base e assessores, do mesmo modo que havia sido realizados no ano anterior, com o apoio da CONTAG. Em relação ao patrimônio, decidiu-se destinar parte do imposto sindical arrecadado pela FETAG para a compra de um prédio adequado para servir como sede, uma vez que a entidade não dispunha de acomodações apropriadas para desenvolver suas atividades educacionais em Salvador, tendo que recorrer ao aluguel de espaços apropriados quando necessário. Em termos de assistência jurídica e contábil, prestada aos sindicatos afiliados, decidiu-se que deveria intensificar o processo de descentralização das assessorias. Além disso, a FETAG deveria providenciar os necessários treinamentos e atualizações para os técnicos tornarem-se cada vez mais aptos a atenderem às crescentes demandas por apoio administrativo e jurídico. Em relação às ações voltadas para previdência, decidiu-se lutar pela ampliação dos convênios de assistência médica e ambulatorial com os hospitais e casas de saúde regionais, em vez de continuarem onerando a FETAG com a volumosa hospedagem de trabalhadores enfermos em Salvador (FETAG).

Em relação ao patrimônio, embora a FETAG tivesse uma sede, ela estava situada no décimo terceiro andar de um edifício na Rua Chile, uma das mais importantes do centro da cidade de Salvador, à época, e, conseqüentemente, de difícil acesso para trabalhadores rurais iletrados, vindos do interior. Em face disso, foi adquirida uma sede num bairro da cidade mais acessível para pessoas do campo e com disponibilidade de acomodação para possibilitar o treinamento a ser dado aos trabalhadores rurais, assim como abrigá-los em caso de permanência em Salvador por um período mais longo.

O programa educacional e a descentralização das assessorias contábeis e jurídicas, por sua vez, foram os objetivos mais difíceis de serem realizados. Todavia, conseguiu-se, de início, instalar 22

³ Esses encontros aconteceram nas cidades de Serrinha (30/9 a 3/10/73), Juazeiro (6 a 10/10/73), Jacobina (13 a 17/10/73), Cruz das Almas (20 a 24/10/73). Livramento de N. Senhora (26-30/10/73), Itabuna (13 a 17/11/73) e Eunápolis (20 a 24/11/73)

assessorias regionais que, mais tarde, consolidaram-se, algumas delas, em Polos Sindicais. Daí em diante, foi-se cada vez mais intensificando o alinhamento do sindicalismo de trabalhadores rurais da Bahia com o MSTR, em âmbito nacional.

Outro fato que contribuiu decisivamente para o crescimento político do movimento foi a participação de uma delegação de dirigentes sindicais no II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília durante o ano de 1973. A preparação desse congresso envolveu a realização de encontros estaduais que levantaram propostas para os encontros regionais, tendo sido o da Região Nordeste, no qual participaram as lideranças da Bahia, realizado em Belo Horizonte. Nesse encontro foi consolidada uma pauta de temas específicos ligados aos trabalhadores rurais do Nordeste a ser discutida pelo II Congresso em Brasília. O evento foi realizado com sucesso e resultou num novo ânimo dentro do MSTR, a despeito de todo o clima de tensão que rondou a sua realização, desencadeado sobretudo pelo Ministério do Trabalho e pelos órgãos de segurança. Nessa ocasião, a delegação da Bahia já levantou em âmbito nacional a situação dos trabalhadores mutilados da região sisaleira, as consequências sociais da construção das barragens e os atos de grilagem que vinham a cada dia intensificando-se contra os trabalhadores, tanto no Oeste, como em outras regiões do estado.

Unindo forças, potencializando o trabalho educacional

Como não havia liberdade de expressão por causa do rígido controle militar, de pouco adiantavam as denúncias pela mídia, até porque, de início, elas apareciam mais nas páginas policiais, e no rádio e na televisão nem se cogitava tais matérias. Também nem se poderia pensar em manifestações públicas tais como passeatas e caminhadas, tanto em razão do grau de isolamento e confinamento social dos trabalhadores, como em razão das restrições dos aparatos de segurança do Estado. Daí por que as orientações da CONTAG, inclusive suas ações educativas, priorizavam a difusão das leis de interesse dos trabalhadores rurais em vista a encorajá-los a reivindicarem seus direitos diante dos tribunais e da cobrança da intervenção das au-

toridades, por meio de documentos entregues em audiências especialmente agendadas pela FETAG e seus afiliados. Nessa época, até meados dos anos de 1970, as pessoas ligadas à fração da Igreja Católica mais voltada para as causas populares, não obstante saberem da existência das leis que asseguravam os direitos dos trabalhadores, pouco os estimulavam a buscarem amparo legal nos tribunais em defesa dos seus direitos, até mesmo por considerarem o aparato judiciário impermeável aos interesses populares. Tinha-se a consciência, no entanto, de que as Comunidades de Base eram constituídas, no meio rural, por trabalhadores rurais e, nas cidades, pelos moradores de periferia – em sua origem, também egressos do meio rural, tangidos para os arredores das cidades pela violência dos seus estados de carência, ou ainda pela violência física nos processos de acumulação primitiva, ou seja, pelas expulsões sumárias (BETO, 1981).

As CEBs, no entanto, encontravam sua fonte de reflexão, para entender as raízes do sofrimento e da exclusão social dos seus membros, nos primeiros livros da Bíblia que tratavam do cativo do povo judeu no Egito, e não nas modernas doutrinas do liberalismo ou do socialismo real que poderiam, hipoteticamente, levá-las à criação de organizações sociais e políticas capazes de assegurar-lhes direitos e bem-estar social. Assim, as CEBs alimentavam-se ideologicamente da esperança de mudança social por meio do desenvolvimento da solidariedade entre os pobres.

Daí porque os membros das CEBs ocupavam-se muito mais com trabalhos de comunidade e de ajuda mútua entre eles do que com participações em sindicatos e partidos políticos. Essas instituições, comumente eram vistas como coisas que não lhe diziam respeito, tamanha a indiferença delas diante da exploração que os ricos – equiparados aos Faraós – exerciam sobre os pobres – tidos como o povo de Deus. Em essência, a meta principal no trabalho das CEBs era derrotar o individualismo, estimular o surgimento de novas sociabilidades entre os oprimidos, tal como expresso em um dos seus cantos mais famosos: *Eu acredito que o mundo será melhor quando o menor que padece acreditar no menor*. Os políticos também eram vistos como faraós, ou “tubarões”, que somente aproximavam-se do povo para explorá-lo, tirar proveito.

A partir do momento que membros da Igreja Católica, ligados à Teologia da Libertação, passaram a estimular certa participação política, sobretudo no meio rural da Bahia, estabeleceu-se uma verdadeira parceria entre as CEBs e o MSTR em relação ao trabalho educacional. Essa cooperação reforçou tanto o desenvolvimento da solidariedade entre os trabalhadores rurais, como também os ajudou a ampliar e a dar formas políticas à sua resistência, agindo sobre a sociedade civil e sobre o aparato estatal buscando fazer valer os seus direitos. Inegavelmente, o motor principal para a mobilização geral entre trabalhadores rurais teria sido a profunda e rápida transformação decorrente do desenvolvimento capitalista em suas vidas. Todavia a transformação de toda essa energia, urdida na revolta e no desespero, em ação civilizada deveu-se, em grande medida, ao esforço conjunto do MSTR e das CEBs, a despeito das tensões que essa união tenha alcançado nas hierarquias de ambas as instituições.

Com a criação da Comissão Pastoral da Terra, NE III, Bahia e Sergipe, na segunda metade dos anos de 1970, o trabalho educacional recebeu um novo alento. Praticamente todas as Dioceses do estado da Bahia criaram a sua Comissão Pastoral da Terra, ou, alternativamente, sua Pastoral Rural, ou Comissão de Defesa dos Direitos Humanos. Tornaram-se presenças obrigatórias – sindicalistas e membros das pastorais – em todos os encontros de reflexão de ambas as instituições. Ainda no ano de 1978 foi realizada a Primeira Romaria da Terra em Bom Jesus da Lapa, a exemplo de outras romarias menores que já vinham sendo realizadas em outras Dioceses do estado, cuja temática central girava em torno do sofrimento e das lutas dos trabalhadores rurais. Essas experiências também prosseguiram nos anos seguintes.

Mais para o final da década de 1970, mais especificamente em 1977, essa nova feição do sindicalismo de trabalhadores rurais na Bahia teve o seu primeiro batismo de sangue. O assessor jurídico dos sindicatos da região de Santa Maria da Vitória, no Oeste do estado, Eugênio Lyra, foi assassinado por um pistoleiro a mando de um sindicato do crime organizado por grileiros, como forma de sustar o depoimento que ele faria naquela semana perante uma Comissão Parlamentar de Inquérito,

na Assembleia Legislativa do estado, instituída para apurar o desenvolvimento da grilagem e os conflitos de terra na Bahia. Esse incidente, ao contrário de amedrontar os trabalhadores, fez crescer ainda mais o ânimo para a luta social e política dos trabalhadores. Além de haver despertado a adesão e a solidariedade de vários outros setores da sociedade civil, como entidades profissionais, partidos políticos, Ordem dos Advogados do Brasil e muitos outros setores.

Nos últimos anos de 1970, à medida que se foi aprofundando a luta pela redemocratização do país, também foram ganhando maior expressão e visibilidade tanto as lutas dos trabalhadores rurais, como a sua politização e integração com outros setores das classes trabalhadoras. O MSTR da Bahia participou, com uma grande delegação, do III e do IV Congressos Nacionais de Trabalhadores Rurais, realizados respectivamente em 1979 e em 1985, em Brasília, e realizou em 1984 o seu I Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais, já marcado pela inserção das lideranças nas várias Centrais Sindicais que se esboçavam no país com a gradual liberação do poderio militar. A FETAG inicia a década de 1990 com uma direção constituída por uma aliança encabeçada por liderança ligada à Central Única dos Trabalhadores.

Conclusão

Na verdade, a ideia de educação assumida pelo movimento sindical de trabalhadores rurais, naquele período, significava o desenrolar de um processo de humanização das vítimas da opressão escravagista, dos expulsos das terras onde nasceram e tornaram-se adultos, dos submetidos a extenuantes jornadas de trabalho no campo sob condições insalubres, dos trabalhadores temporários condenados à itinerância vitalícia, cuja dureza resultou na repressão da subjetividade, da afetividade e da cidadania desses sujeitos.

Os conteúdos desse processo educacional foram organizados de acordo com a experiência histórica de cada grupo humano com o qual se punha em contato. Em geral, eles seguiam uma linha que partia do autorreconhecimento dos trabalhadores como pessoas, passando pela necessidade de defesa e preservação da própria existência, pela descoberta

da força da própria organização social como meio de assegurar e ampliar os seus espaços de existência como indivíduos e como classe.

A organização interna dos sindicatos, a organização dos trabalhadores rurais e a abertura do seu correspondente movimento ao encontro de outros setores da sociedade civil, sensíveis às causas populares, foi evidentemente o caminho para tirar o sindicalismo, definitivamente, da indiferença em

relação às reivindicações dos trabalhadores rurais da Bahia e transformá-lo num instrumento de suas lutas básicas. Embora sobrevivessem ainda as ações ligadas à previdência social, já não representavam mais uma ameaça ao ideal de combatividade dos sindicatos. O trabalho educacional desenvolvido pelo MSTR e pelos setores progressistas da Igreja foi coroado com o avanço das lutas pela democracia desenvolvidas pelos demais setores da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manoel Correia de Oliveira. **The Land and People of Northeast Brazil**. New México: University of New México Press, 1980.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BARROS, Raimundo Caramuru. **Comunidade Eclesial de Base: uma opção pastoral decisiva**. Petrópolis: Vozes, 1969.
- BETO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade. Por uma teoria geral da Política**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- BURRSZTYN, Marcel. **O Poder dos Donos. Planejamento e Clientelismo no Nordeste**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. O Brasil Reconstituído. Experiência de Colonização em Serra do Ramalho, Bahia. In **Cadernos do CEAS**, nº 118, p. 21-33. Salvador, 1985.
- CALLADO, Antônio. **Os Industriais da Seca e os Galileus de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964). In **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol. III - O Brasil Republicano. Tomo 3. Sociedade e Política. São Paulo: DIFEL, 1981.
- CEAS – Centro de Estudos e Ação Social. *Teologia e Ação Libertadora*. In **Cadernos do CEAS**, nº 24. Abr p. 26-35. Salvador, 1973.
- _____. *O Médio São Francisco. Confins do Sertão Baiano*. In **Cadernos do CEAS**, nº 26. Ago p. 1-45. Salvador, 1973.
- _____. *Colonização: Os Problemas da Solução*. In **Cadernos do CEAS**, nº 28. Dez p. 1-45. Salvador, 1973.
- _____. *A Situação criada pela implantação do Projeto São Desidério*. In **Cadernos do CEAS**, nº 44. Jul p. 38-52. Salvador, 1976.
- _____. *A Grilagem no Estado da Bahia*. In **Cadernos do CEAS**, nº 54. Mar/Abr p. 25-34. Salvador, 1978.
- _____. *A Luta do STR de Santa Maria da Vitória e Coribe*. In **Cadernos do CEAS**, nº 98. Jul/Ago p. 27-38. Salvador, 1985.
- CEBs – Comunidades Eclesiais de Base. **Pequena História das Lutas dos Possesores do Pau Brasil**. Mimeo. Vitória da Conquista (BA): Paróquia de N. S. das Graças. 1977.
- CPT, Comissão Pastoral da Terra – Pela Vida no Nordeste. Goiânia, 1/3/84. In **Caderno do CEAS**, nº 91 p. 8-29. Salvador, 1985.
- DIAS, Antônio. *A Guerra do Café*. In **Cadernos do CEAS**, nº 61, p. 20-29. Salvador, 1979.

_____ **Organização pela Base:** a reinvenção da participação popular. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências Sociais da FFCH da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1985.

_____ Peasant Social Movements and Rural Workers' Trade Unions in Bahia (1972-1990). Tese de Doutorado, submetida à Universidade de Liverpool, Reino Unido, para obtenção do grau de PhD. 1993.

FETAG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Bahia. Nota Oficial: 31/03/1971. Salvador: FETAG, 1971.

_____ **Nosso Depoimento à CPI da Grilagem.** Salvador: FETAG, 1978.

FONSCECA, Godin da. **Os Gorilas, o Povo e Reforma Agrária.** Universidade do Povo. São Paulo: Fulgor, 1963.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GUNN, Philip – *Reforma ou Transformação Agrícola no Oeste da Bahia.* In **Cadernos do CEAS**, nº 116, p. 46-57. Salvador, 1988.

HENFREY, Colin. *Peasant Brazil: Agrarian History, Struggle and Change in the Paraguaçu Valley, Bahia.* In **Bulletin of Latin America Research.** Vol 8. nº 1, p. 1-24. Great Britain, 1989.

IANNI, Octávio. **Colapso do Populismo no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos Movimentos Sociais do Campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELO, Padre. Entrevista concedida ao Jornal Correio da Manhã, Rio de Janeiro. p. 13, em 15/05/1964.

_____ Entrevista concedida ao Jornal do Comércio, Recife, em 1/10/1965.

SILVA, José Gonçalves da. Entrevista concedida ao pesquisador em abril de 1991. Na sede da CONTAG em Brasília.

Recebido em 20.03.10

Aprovado em 28.06.10